PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
6ª GESTÃO

Data da Reunião: **24 de novembro de 2016**
Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 10º andar – Auditório da Sala 102 – Centro – SP

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano 2016, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) **Conselheiros (as) do Poder Público**: João Sette Whitaker Ferreira (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Mário Wilson Pedreira Reali (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Denise Lopes de Souza (Conselheira Poder Público/SEHAB); Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheira Poder Público/SEHAB); Geraldo Juncal Júnior (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Celso Aparecido Sampaio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Joyce Reis Ferreira da Silva (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Taís Jamra Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Fernando Arevalillo Llata (Conselheiro Poder Público/CDHU) e Sidney Soares Filho (Conselheiro Poder Público/CEF). **Presentes os (as) Conselheiros (as) dos Movimentos Populares:** Mariza Dutra Alves (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia L. do Nascimento (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); Mônica Fátima Ziliani (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto da Zona Oeste);Ivanilda Rodrigues de Sousa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia Região Sudeste);Maria dos Santos Almeida (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Ana Paula da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste);Adriana de Freitas Siqueira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Nestor Quintos de Oliveira (Cons. Mov. Populares/Assoc. de Mor. Parque Otero); Uranide Sacramento Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradia do Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Cons. Mov. Populares/Mov. Def. do Favelado Episcopal Belém); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); João B. da Costa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Def. e Orientação Cons. Contribuinte de SP); Marisete Aparecida de Souza (Cons. Mov. Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Verônica Kroll (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Rosalvo Salgueiro (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Ana Maria Carneiro Procópio (Cons. Movimentos Populares/MAC) e Antônio Santiago Quintana (Cons. Movimentos Populares/MAC). **Presentes os (as) Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Soc. Civil/APEMEC); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Soc. Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Soc. Civil/APOIO); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Paula F. Faria Rodrigues (Conselheira Soc. Civil/CUT-SP); Cristina Boggi da Silva (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Luciana de Oliveira Royer (Cons. Soc. Civil/FAU-SP); Thabata Kaoru Yamauchi (Cons. Soc. Civil/SCIESP) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Cons. Soc. Civil/USINA). **Ausentes os (as) Conselheiros (as):** Maura Icléa Bagnatori (Conselheira Poder Público/SEHAB); Higor Rafael de Souza Carvalho (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Guilherme Henrique Fatorelli Del'Arco (Conselheiro Poder Público/SEL); Maria Rosa Lazinho (Conselheira Poder Público/SEL); Wagner Germanio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Brito (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Ivy Mayumi de Moraes (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Conselheira Poder Público/SIURB); Aumir de Andrade (Conselheiro Poder Público/SIURB); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/SF); Luciano Teixeira (Conselheiro Poder Público/SF); Théo Nascimento de Araújo (Conselheiro Poder Público/SEMDET); Léa Marques Silva (Conselheira Poder Público/SEMDET); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. Hab. do Estado de SP); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheira Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU); Lúcia Helena da Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Everaldo Manoel de Aguiar (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trab. Sem Terra Leste 1); Simone de Sousa Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. Mor. Conj. Hab. 26 de Julho); José de Jesus F. Da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Cons. Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Edinalva S. Franco (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Péricles de O. Santos (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Jenilda Silva Araújo (Cons. Mov. Pop./Mov. Def. Favelado Reg. Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Adriana da S. Oliveira (Cons. Mov. Pop./Assoc. de Def. e Orient. ao Cons. Cont. de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Cons. Mov. Pop./Fórum dos Mutirões de SP); Rogevaldo R. Cesário (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Vicente Leme Filho (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Silvana de Jesus Alves (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Carine Mie Saito (Cons. Soc. Civil/ CTB-SP); Laísa Eleonora Marostica Sthoher (Cons. Soc. Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Reinaldo Martines Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Alfredo Vieira da Cunha (Cons. Soc. Civil/CREA-SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc.

Civil/OAB-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Adelcke Rossetto Netto (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Fabiana Alves Rodrigues (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Celeste Maria Gama Melão (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Cons. Soc. Civil/SASP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Cons. Soc. Civil/SASP) e Isadora Guerreiro (Cons. Soc. Civil/USINA). **Justificaram as ausências os (as) senhores (as):** Márcio Jeda Chéde (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Carolina Rafaella Ferreira (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Ronaldo Cury de Capua (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP) e Maristela Alves Lima Honda (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP). **Presentes os convidados (as):** Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB); Vera Lúcia Silveira Rosa de Barros (ATAJ-SEHAB); Darcy da Costa; Manoel Lucimar; Messias M. dos Santos "Jamaica"; Luiz Kohara; Miguel Reis Afonso (COHAB); Manuel (COHAB) e Antônio Maria Oliveira (COHAB). **Pauta da Reunião:** 1) Aprovação das Atas da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação - 6ª Gestão realizada em 22/09/2016 e da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação - 6ª Gestão realizada em 25/10/2016; 2) Aprovação do Calendário das Reuniões do Conselho Municipal de Habitação e da Comissão Executiva do CMH para o ano de 2017; 3) Solicitação de Voto CMH nº04/2016 - 6ª Gestão- Minuta de Resolução que versa sobre "Autorização do Conselho Municipal de Habitação ao Presidente do CMH para promover gestões junto à Municipalidade de forma a permitir que os recursos oriundos das retribuições mensais dos empreendimentos produzidos no âmbito da Secretaria Municipal de Habitação (Prover, Procav, Guarapiranga e outros) e com ocupação formalizada através de Termo de Permissão de Uso Oneroso com Opção de Compra – TPUO-OC durante a regularização fundiária, possam ser transferidos ao Fundo Municipal de Habitação". Essa solicitação de voto foi elaborada pelo Grupo de Trabalho Regularização e Comercialização de Empreendimentos do Antigo FUNAPS – Conselheira e Coordenadora do GT Verônica Kroll; 4) Solicitação de Voto CMH nº 05/2016 6ª gestão - "Dispõe sobre criação de GT para acompanhar e fiscalizar a liberação de recursos complementares do Fundurb no valor de cerca de 4.258,498,44 (Quatro milhões e duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos), e ainda, a conclusão do Empreendimento Habitacional Nossa Senhora Aparecida"- Conselheira Mariza Dutra Alves; 5) Solicitação de Voto CMH nº06/2016 - 6ª Gestão - "Autorização para renegociação de débitos oriundos dos convênios firmados com as Associações de Construção por Mutirão com recursos do Fundo Municipal de Habitação e comercialização dos respectivos empreendimentos" - Conselheiro Geraldo Juncal Junior; 6) Solicitação de Voto CMH nº 07/2016 - 6ª Gestão- "Aprovação para utilização de parâmetros nas operações de renegociação de dívidas da carteira imobiliária do Fundo Municipal de Habitação- FMH, em especial a utilização alternativa do valor venal de referência da PMSP, divulgado pela Secretaria das Finanças, em substituição ao valor de avaliação atualizado, quando necessário." Conselheiro Geraldo Juncal Junior; 7) Solicitação de Voto CMH nº 08/2016 - 6ª Gestão - "Adoção de condições de financiamento específicas para os empreendimentos produzidos com recursos do FUNAPS e Do FMH, em regime de mutirão com auto gestão."- Conselheiro Geraldo Juncal Junior; 8) Solicitação de Voto CMH nº 09/2016 - 6ª Gestão - "Aprovação para a criação de Grupo de Trabalho para definição de critérios e forma de atendimento habitacional para a população em situação de rua". - Conselheiro Celso Sampaio; 9) Informações das Conselheiras Edenilda Neves e Luciana Royer, representantes do Conselho Municipal de Habitação no Fundo Municipal de Saneamento-FMSAI e Infraestrutura, sobre as reuniões daquele Fundo com a colaboração da Conselheira Denise Lopes de Souza; 10) Solicitação feita pela Conselheira Fabiana Alves Rodrigues, sobre projetos, obras, e empreendimentos a serem entregues, total de famílias no aluguel, prazos prováveis de entrega, e recursos necessários do FMH, e 11) Informes sobre o Plano Municipal de Habitação - Conselheiro João Sette Whitaker e Conselheira Tais Jamra Tsukumo. O Sr. Mário Reali dá inícios aos trabalhos. **Item 1**. (São aprovadas sem correções, e por unanimidade, a ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação e a ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação) **Item 2**. (É aprovado por unanimidade o calendário das reuniões do Conselho Municipal de Habitação e da Comissão Executiva, de 2017) **Item 3**. (A Sra. Ana Maria faz a apresentação da Solicitação de Voto CMH nº04/2016) **Sra. Verônica** - Estamos dizendo que o empreendimento construído com dinheiro do Fundo ou da Secretaria de Habitação, que seja social, ele tem que retornar para o Fundo, para outros empreendimentos sociais. (É aprovada a Solicitação de Voto nº04/2016, por unanimidade) **Sr. Mário** – Propomos uma inversão de pauta, para apresentação do **Item 9**. (É aprovada a inversão de pauta e a Sra. Denise faz a apresentação das informações sobre o FMSAI e das reuniões do Fundo) **Sra. Verônica** - Nesse Fundo está envolvido a Sabesp. Eles trazem dinheiro para a Secretaria Municipal, como parceira. E, quando começamos uma obra do Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa 1, temos que dar calção para a obra da Sabesp, para poder chegar água ao conjunto. Em Guaianazes, estão pedindo para ajudarmos a canalizar um córrego do governo, para poder terminar a captação do esgoto. Queria entender como vai ficar isso. É um absurdo porque já pagamos esgoto, todos os cidadãos do município de São Paulo. E temos que contribuir com o Governo do Estado para canalizar um córrego? Queria ver como faríamos uma proposta, não sei se dá tempo ainda, nessas questões do Minha Casa Minha Vida, para entrar nesse Fundo. **Sr. Manoel** - Na questão da verba do FMSAI, só foi a Favela Sapé que teve recursos? **Sra. Ana** – Gostaria de saber como faço para entrar com esse processo, para conseguir arrumar os córregos, fazer a urbanização das favelas. **Sr. Rosalvo** – É claro que os movimentos, a sociedade, o cidadão se relacionam com o poder local. Daí a necessidade de trazer o máximo de recursos possíveis e criar a maior quantidade de mecanismos de participação real da sociedade no poder local. E gostaria de saber se de fato está universalizado o serviço de água tratada da Sabesp para a população. **Sra. Denise** - Sobre a questão da Verônica, temos que entender onde se aplicam os 13%, de responsabilidade de execução da Sabesp, e os 7,5%, que vêm para o Fundo de Saneamento, e temos que ver em que instância vamos buscar essa solicitação. Nos assentamentos precários, por exemplo, em um empreendimento Minha Casa Minha Vida, às vezes, pelas próprias diretrizes que a Sabesp fornece, necessitam de uma extensão de rede ou de um coletor ou até de uma canalização para poder implantar um coletor. Essa parte de execução formal da cidade tem que estar planejada ou no próprio empreendimento que está sendo executado ou pela Sabesp. Quando a Sabesp emite a diretriz, tem que haver um entendimento. Ou ela tem em seu planejamento o sistema de infraestrutura preparado e programado, que dê no prazo do seu empreendimento, ou ela joga para o empreendedor executar isso. Por isso é que acaba jogando para os senhores. Mas, se a

finalidade é interesse social, podem se organizar as demandas com o mínimo de planejamento e isso ser conduzido pelo Secretário de Habitação no comitê gestor do contrato, porque ele tem assento no comitê gestor, que é quem de direito define a aplicação dos 13%. Nesse comitê gestor, a cada dois anos, todas as secretarias do município, com as secretarias de Estado, e com a Sabesp, fazem um cruzamento das necessidades. E desse cruzamento é definido o plano bienal de execução. É nessa hora que essas demandas precisam estar presentes. Respondendo ao Manoel, o Sapé foi um exemplo de aplicação desse recurso, para caracterizar o enfoque que se dá nesse Fundo de melhoria das condições de saneamento. Ao final da apresentação, está a relação de todas as intervenções programadas que podem consultar no site ou no Diário Oficial uma por uma, todas as áreas. Rosalvo, a Sabesp sempre fornece dois números e em dois locais, de dois tipos. Ela fornece um percentual de universalização da área formal da cidade, informal, e ela tem uma diferença de área atendível, que é a cobertura que ela dá. Então, quando ela fala que está 100% universalizado o acesso à água, é porque ela tem sistemas implantados na cidade hoje que conseguem atender ou dar cobertura a toda cidade, mas não quer dizer que toda cidade esteja ligada ao sistema de abastecimento de água, que seria a área efetivamente atendida. Em percentuais, somando a cidade formal e a informal, esse percentual está perto de 98%. **Sr. Mário** - Existem assentamentos informais que não têm rede ainda. **Sra. Cristina** - Entendi que área de assentamento precário pode ser usada para habitação. Queria entender quem define essa prioridade, se é a COHAB. Outra pergunta: se outros municípios não tiverem essa lei municipal, eles perdem essa verba da Sabesp? Não são todos os municípios que têm essa verba? **Sra. Denise** - A indicação das áreas dos assentamentos precários para receber recursos, para ter um projeto de urbanização, sempre está no âmbito de um Plano Municipal de Habitação. Essas áreas que hoje estão recebendo recursos foram priorizadas naquele PMH de 2009, cujos contratos feitos em 2010 e 2012 ainda estão sendo executados. Essa programação no PMH novo, onde estão os assentamentos precários, com os novos critérios de priorização, já leva em consideração todos os assentamentos precários que ainda não estão urbanizados e vão ser priorizados, como está no PMH, a cada quatro anos. Lá está previsto o plano quadrienal de definição das novas demandas. Então, é importante que essas indicações estejam no PMH. Quando a equipe do PMH for fazer as discussões com a comunidade das propostas, isso tem que estar lá. Essa questão dos 7,5% é muito específica do contrato que foi feito com o município de São Paulo. Não é regra. **Sr. Mário** - Desde o final da gestão do outro conselho e do início desse, dessa nova gestão do Conselho Municipal de Habitação, temos pautado muito abrir o leque de informações sobre todas as fontes de receita que atendem a política de habitação. O FMSAI é uma das fontes, FUNDURB é outra fonte. Esses recursos têm um sistema de gestão, têm um Fundo, têm um conselho, têm a sua discussão das prioridades. Queremos, na discussão do PMH, que o CMH tenha uma visão mais abrangente de toda política de habitação e de como esses recursos estão sendo feitos. O plano quadrienal vem junto com o PPA e depois cada lei orçamentária define ano a ano o que será feito. E com o CMH acompanhando vamos ter muito mais condições de definir as prioridades de maneira mais transparente e com mais participação, nessa linha de ter um controle social maior. **Sra. Luciana** - Se apoiássemos que esses 7,5% possam ir para fazer o serviço de esgotamento sanitário, estaríamos prejudicando a nós mesmos, porque já existem os 13%. E, desses 13%, que a Sabesp retorna para o município de São Paulo, ela tem que investir em esgotamento sanitário, água, etc. E 7,5% ficam aqui para urbanização, para drenagem, etc. Nesse sentido, a sugestão que a Denise deu parece muito interessante de hierarquizar, não sei se fazer um grupo de trabalho aqui ou não, mas verificar todos os empreendimentos do Minha Casa Minha Vida e outros e hierarquizar para serem atendidos nesses 13% dos recursos que a Sabesp tem que investir em esgotamento e água na Cidade de São Paulo. **Sr. Mário** - O que a Luciana colocou aqui é importantíssimo porque o limite entre o que entra nos 7,5% e o que entra nos 13% é exatamente isso. Os 13% são investimentos em saneamento da expansão da rede e adequação da rede Sabesp, tanto para abastecimento quanto para coleta de esgoto. É muito pertinente que os 7,5% sejam investidos para formalização, para urbanização de favelas, para exatamente essa questão do enfrentamento da precariedade. **Sra. Verônica** - Sobre a questão de reorganizarmos a questão do pedido do Minha Casa Minha Vida para encaminhar para a Sabesp, temos projeto que temos que terminar. Não sei se vai dar tempo. Se puder, a senhora poderia nos orientar para vermos como se faz? É esse pedido que deixo aqui. **Sr. Mário** - Dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida, vou dar exemplo aqui: América do Sul, na região Sul. Para ser executado esse empreendimento, teve que ter uma extensão da rede de esgoto, para conectar com o conjunto. Ficamos inclusive discutindo isso com a Sabesp. Foi levado para o comitê gestor, o comitê gestor não aceitou. Há outro empreendimento também, acho que é Copa do Povo, que tem a rede de esgoto que não querem fazer nos 13%. Agora, acho que devem fazer. É importante o CMH pautar questões para serem levadas para o comitê gestor do FMSAI e para o comitê gestor da Sabesp, como demanda da habitação, que o CMH não está aceitando como uma demanda para os 7,5% porque é um recurso do FMSAI, que achamos que deve ser uma visão pelo menos setorial da política de habitação. **Item 4**. **Sra. Mariza** - Endossamos essa solicitação de voto e a criação do GT para ajudarmos a associação Nossa Senhora Aparecida que está há nove anos lutando para terminar a obra. Acho que seria importante criar um GT para acompanharmos. **Sr. João** - Falei com o prefeito sobre a situação. Estamos tentando fazer gestões para conseguir liberar o dinheiro para fazer esse aporte antes do final da gestão. Mas precisamos responder à Lei de Responsabilidade Fiscal. Falei com prefeito anteontem e ele me pediu uma semana; disse que vai fazer tudo que pode e que vai tentar. Gostaríamos muito de poder sair e deixar essa questão resolvida. Senão, vamos ter que caminhar para essas recomendações que foram colocadas. **Sr. Mário** - Essa modalidade de empreendimento é aquele Crédito-Solidário, que os movimentos lembram bem que o valor da unidade era pequeno e muitas vezes não viabilizava o custo total. É o prenuncio do FDS Entidades, que depois conseguimos, com a evolução do Minha Casa Minha Vida – Entidades, o FDS Entidades, chegar a um valor que viabilizava integralmente o valor da unidade. Sabemos da importância desse movimento reforçando o que o Secretário já ponderou, com relação à sensibilização do prefeito, que estamos fazendo. Inclusive, foi solicitado no meio do ano. Então, se demorar muito, não sabemos se com o valor vai dar para acabar a obra. Passamos à votação do que foi proposto pela conselheira Mariza, uma proposta de criação de um GT para acompanhamento do empreendimento. A contraproposta da Secretaria Executiva do CMH é, na verdade, de delegarmos às representantes do CMH, no Conselho do FUNDURB, que é a fonte do recurso, Conselheiras Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento e Marisete Aparecida de Souza, serem esse grupo para fazer o monitoramento. Porque estamos com uma expectativa de resolver isso ainda dentro

dessa gestão, ou seja, dentro do próximo mês. E estamos fazendo todos os movimentos para isso. (É aprovada a Solicitação de Voto nº05/2016, por unanimidade) **Item 5**. (O Sr. Manuel – COHAB - faz a apresentação da Solicitação de Voto nº 06/16) **Sra. Mariza** - Quero parabenizar essa equipe que chamou os movimentos que estavam com os mutirões para terminar obra, para comercializar, o que não ocorreu nos outros governos. Pedimos aos conselheiros e conselheiras, nossos companheiros e companheiras, que aprovem a solicitação de voto. **Sra. Verônica** – O total da dívida é R$5 mil, para pagar em 18 vezes, até dezoito parcelas. Isso não ficou claro para nós e queríamos entender. Queria que arrumassem essas parcelas. **Sra. Marisete** - Precisávamos saber quais são os mutirões e por que chegaram a essa situação. Quando estávamos administrando a verba dos mutirões, sabíamos o que podíamos gastar e o que não podíamos gastar. Sei que vários mutirões sofreram processos trabalhistas, mas precisamos entender um pouco mais como se deu essa dívida toda, como se chegou a isso. **Sr. Mário** - Se não resolver esses débitos, não se faz a regularização do empreendimento. Essa negociação da dívida, com parcelamento que caiba no bolso de todos os cooperados, é fundamental para poder fazer a regularização fundiária de todos os empreendimentos feitos por mutirão. **Sr. Manuel** - Esse débito é o débito total da associação, que soma glosas que ocorreram e saldos que também não foram acertados com a COHAB. O que estamos possibilitando é que a associação parcele essa dívida com esses valores, para a associação. Não é para a família. São setenta associações que estão com problemas de prestação de contas na COHAB, que vão de valores muito pequenos, em que uma parcela da associação toda é de R$50 e resolve-se a questão, ou de R$100, ou de R$300, e resolve-se a questão. Isso, resolvemos de uma vez só, faz-se um termo, acerta-se a dívida e começam os processos de comercialização. E há casos mais graves em que a associação tem dívidas realmente bastante altas. Estamos estabelecendo esse padrão de parcelamento das dívidas da associação, para regularizar a prestação de contas do mutirão e começar o processo de comercialização. E estamos possibilitando que, além do parcelamento, haja uma possibilidade de no financiamento às famílias incorporarmos esse valor, se houver concordância das famílias, dos beneficiários, com maioria, em assembleia. **Sr. Geraldo** - É preciso fazer uma regulamentação do procedimento. Uma das grandes dificuldades que identificamos aqui na COHAB, que foi objeto de discussão, quando criamos aquele grupo de trabalho, era justamente resolvermos um passivo de quase trinta anos, do FUNAPS Comunitário, etc. Também com relação à transferência, porque existiram pessoas que trabalhavam no mutirão que morreram ou mudaram. Então, resolvemos um histórico também do próprio Poder Público de não dar respostas. Existem situações das associações, mas existem situações em que é o próprio histórico do Poder Público de também não dar resposta ao próprio procedimento de regularização dos empreendimentos, etc. O que pretendemos com essa proposta de voto e com as outras que serão apresentadas é justamente fazermos o trabalho de regularização da carteira, tanto do FMH quanto do FUNAPS, para concluir os processos de regularização e concluir os processos de negociação, para regularizarmos toda ou uma grande parte da carteira imobiliária da prefeitura de São Paulo. E tanto pode ser assumida a dívida pela associação, quanto também pode ser assumida, dentro da assembleia, dentro das parcelas dos empreendimentos que ainda faltam ser concluídos. Se existe associação que não quiser ser regularizada, se há empreendimento em que as famílias optarem por não ser regularizados, vai continuar como está. **Sra. Verônica** - No GT não se discutiram esses valores de prestação. O meu receio é de nós, conselheiros, votarmos isso, com esses valores, porque existem associações que estão até hoje na luta e enterrarmos a associação. Mas defendo que tem que regularizar, pagar e ter o direito de morar descentemente. **Sr. Manuel** - É uma alternativa apenas que oferecemos para as associações de poderem, caso as assembleias aprovem pela maioria das famílias, incorporar isso no financiamento, no momento da comercialização. **Sr. Manoel** - Cada representante poderia levar a situação para sua associação e na próxima reunião trazer a devolutiva dos mutirões. **Sr. Mário** - Estamos falando de um governo que está terminando e que tem disposição política para fazer regularização fundiária; que a regularização fundiária, para ser feita, temos que resolver débitos. Se formos consultar as associações e deixar para votar depois, em fevereiro, na reunião do CMH, a pauta é outra. O governo estará começando. **Sr. Geraldo** - Estamos criando uma regra para as entidades poderem parcelar em tantas vezes conforme a dívida, ou, se houver concordância da demanda das famílias, ainda poder incluir na parcela das pessoas. **Sr. João** - Desde que cheguei à SEHAB, acho que o que mais se fez aqui, desde que estamos na gestão, de tudo que fizemos, talvez junto com regularização fundiária, no trabalho da Márcia Terlizzi, foi regularização de conjuntos antigos na COHAB. A COHAB e o Geraldo estão de parabéns porque trabalharam nisso de maneira absolutamente fantástica. Existia uma demanda represada, pessoas que estão há trinta anos sem poder vislumbrar a possibilidade de regularizar sua situação para se tornarem enfim proprietárias da casa própria. E, se não fizer a regularização, o acerto do débito, nunca vai poder regularizar e vai ficar mais trinta anos. E não está estabelecida nenhuma obrigatoriedade para ninguém, só está garantindo que, numa próxima gestão, possamos cobrar que a COHAB faça e vamos dizer que sabemos que existe um caminho para fazer isso, que a COHAB deixou pronto e o CMH votou. (É aprovada a Solicitação de Voto nº 06/2016, por unanimidade; é aprovada a inversão de pauta, para que o Item 8 seja o próximo a ser apreciado) **Item 8**. (O Sr. Celso Sampaio faz a apresentação da Solicitação de Voto nº09/2016) **Sr. Luiz** – A população em situação de rua é um problema essencialmente de habitação. Enquanto não formos capazes de perceber como problema de habitação, não vamos enfrentar de forma concreta. Como é essa habitação, como deve ser, isso é outra etapa. E habitação não é albergue, não é esse tratamento. É autonomia. Só para reforçar a importância porque temos que ter coragem para discutir a questão dos mais pobres. Rompemos com as favelas, com os cortiços e agora é a vez de romper e incluir como política a questão da população em situação de rua. É possível e dá bom resultado. Tem que haver metodologia para enfrentar de trabalho. **Sr. Manuel Lucimar** - É a primeira vez que se vê no Brasil um programa habitacional de grande envergadura. E sabemos que hoje só na Cidade de São Paulo existem dezesseis mil pessoas na rua. A política de assistência da SMADS, junto com a Secretaria de Direitos Humanos e outras secretarias, atende oito mil. E aí colocamos que tem que ter moradia, nem que seja provisória, mas tem que ter. E trabalhando essa questão da política hoje, o Locação Social, podemos equacionar isso amanhã. Precisamos pensar nisso, o Conselho, a SEHAB, a COHAB e em outras questões para poder equacionar e passarmos por esse problema. **Sr. Darcy** - Hoje temos na Cidade de São Paulo uma pesquisa pela FIPE apontando quase 16 mil pessoas em situação de rua. Trabalhamos diretamente com essa população. Atualmente temos percebido que tem crescido muito a população de rua e muitas pessoas dessas estão vindo para a rua com as famílias inteiras e crianças, por não estar

conseguindo mais pagar seu aluguel por questões de desemprego. Como população em situação de rua, como movimento, defendemos muito o Locação Social, subsidiada pelo governo 100%, ou talvez uma parte, para que essas pessoas possam se organizar, ter um lugar para voltar, para dormir, descansar, viver em família. Espero que o Conselho se sensibilize. Se o Conselho existe é porque existe uma demanda muito grande de fato nesse país de habitação, um déficit muito grande. E precisamos dessa unificação de forças realmente e ver realmente a necessidade, que é necessário mesmo ter uma habitação hoje. **Sr. Messias "Jamaica"** - O comitê Pop Rua tem que ter assento no Conselho Municipal de Habitação. Se não tiver, tudo que estamos fazendo vai por água abaixo. Para recuperar nosso povo em situação de rua, é fundamental esse voto que o Celso está articulando aqui com o Conselho. Descobrimos que o tratamento majoritário para pessoas em situação de rua é simplesmente a chave da casa própria, é simplesmente a moradia digna. Como delegado dos Direitos Humanos e defensor público, recebi denúncias de 63 anos em que ninguém fez um projeto para as pessoas em situação de rua. E agora estamos aqui deliberando condições de algo fundamental que fica na história desse município, desse país e por que não levamos isso a nível internacional, uma vez que estamos organizados para isso? **Sr. Mário** - Para a criação do GT, temos que ter três conselheiros, no mínimo, e pode estar aberto a esse número de participantes também, três participantes, que não fazem parte do Conselho. Cada conselheiro pode indicar mais um participante externo. Para esse processo daríamos um prazo, a partir do voto, para indicação dos nomes. Seria importante os conselheiros se articularem para termos três representantes do Conselho e também todos os companheiros das entidades, do movimento organizado, da população em situação de rua, para termos essa indicação. Nosso Secretário, João, foi um defensor desde o início na discussão do PMH dessa visão da inclusão da população em situação de rua, para fazer parte do Conselho e essa questão habitacional ser tratada a fundo. **Sr. João** - Desde o começo, incluímos na discussão sobre habitação a questão da população em situação de rua, que achamos muito importante, porque é de fato uma demanda. Não há precariedade habitacional maior do que aquela de morar na rua e não ter casa alguma. No Plano Municipal de Habitação a população em situação de rua está considerada. Se o plano vier a ser aprovado, essa discussão já está encaminhada no chamado Serviço de Moradia Social, que estabelece modalidades que são adequadas à política de atendimento à população em situação de rua, junto à SMADS, à Secretaria de Assistência Social e de Direitos Humanos. Então, temos um encaminhamento que pode ser positivo. Outra ideia é, no Plano Municipal de Habitação, estar sugerida a mudança da composição do Conselho Municipal, mas essa mudança é em lei. Não é uma mudança simples. Não tivemos tempo de fazer a mudança da composição do Conselho para já nessa gestão garantir uma representação formal da população em situação de rua como conselheira. Então, o que estamos fazendo agora é uma solução de garantir a continuidade. Mesmo que não tenhamos conselheiro que seja da população em situação de rua, criamos um GT que traz a população em situação de rua para participar do Conselho. Faz-se muito importante que tenhamos três titulares do Conselho que se disponibilizem para entrar nesse GT porque é a única maneira de viabilizar esse grupo de trabalho, um dos movimentos, um da Sociedade Civil e outro do governo. Faço um apelo para que nossos conselheiros indiquem um representante de cada setor para garantirmos que esse GT tome forma e seja consolidado ainda nessa gestão. (É aprovada a Solicitação de Voto nº09/2016, por unanimidade) **Sr. Mário** - É importante ter articulação dos movimentos da população em situação de rua para organizar essa participação do segmento Sociedade Civil. Acho que Secretaria de Direitos Humanos não tem assento no CMH. Então, é importante também indicarmos a secretaria. A ideia é termos um prazo; até sexta-feira, 2 de dezembro, para as indicações dos nomes. E, na semana do dia 5 de dezembro até dia 9, acho que seria importante já acontecer a primeira reunião, para compor o grupo e ter uma agenda. **Sr. Celso** - Acho bastante importante que se paute nessa gestão ainda do CMH com a próxima gestão municipal a revisão da composição do CMH para vermos inclusive incorporada aí a população em situação de rua também no CMH, independente de um grupo de trabalho. Essa luta precisa ser travada ainda nessa gestão do CMH com os próximos gestores municipais. (É aprovada a inversão de pauta para que o Item 11 seja o próximo a ser apreciado) **Item 11**. (A Sra. Taís faz a apresentação dos informes sobre o Plano Municipal de Habitação) **Sr. João** - Quero felicitar a Taís e sua equipe pelo trabalho e dedicação. Estamos entregando o futuro do Plano Municipal de Habitação para esse Conselho. O projeto de lei vai para a câmara. Chegando lá, a câmara é obrigada a recebê-lo. Vai passar pela Comissão de Justiça. Depois que passa pela Comissão de Justiça, vai para a Comissão de Desenvolvimento Urbano. Na Comissão de Desenvolvimento Urbano, a câmara é obrigada a fazer audiências públicas. Na hora em que entrar a próxima gestão, ela pode retirar o que mandamos. O Executivo tem autonomia para fazer isso. Se resolver retirar, vamos ter que nos manifestar para que não se retire. Ou para que se recoloque rapidamente lá, com alguma alteração. Uma vez que estiver lá e não for retirado, vai haver audiência pública. Se colocamos cinco mil pessoas numa audiência pública, é muito difícil que a câmara não vote. Então, vamos precisar da mobilização dos movimentos, desse Conselho, para legitimar o que é nosso, que todos nós construímos juntos até aqui. Daí a importância de os senhores acompanharem, assimilarem esse processo daqui para frente. **Sra. Mariza** – Sobre a construção de novas moradias, principalmente, da autogestão, foi aumentado para 20%. Quanto era de fato o que estava destinado? **Sra. Taís** - Depois das audiências, acabamos não aumentando o número da meta. Porque nas nossas contas isso já está no nível de orçamento bastante alto. Mas, caso sejam feitas mais unidades, se o Governo faz cem unidades com a construtora, por exemplo, ele tem que fazer vinte unidades com autogestão. Então, amarraram-se a produção via construtoras com a produção de autogestão. Isso cria uma obrigação de, sempre que estiver investindo em produção de unidades, ter que investir também nos programas de autogestão. Se o Minha Casa Minha Vida é retomado e aí sai uma linha só para a Faixa 1,5 ou para a Faixa 2 e o Governo começa a construir, necessariamente, ele vai ter que compensar esse financiamento externo colocando o recurso municipal no autogestão. Poderíamos discutir aumentar a proporção de autogestão em relação à construção de novas unidades. E o que estamos considerando aqui são unidades entregues, mil unidades entregues por ano. **Sr. Mário** – Com relação ao Item 10 da pauta, a ideia é já deixarmos uma extraordinária para basicamente fazer para esse pedido da Conselheira Fabiana, porque é uma prestação de contas final, com relação a obras em andamento, contratos, processos. **Sr. João** - Fazemos uma extraordinária para a apresentação de uma prestação de contas da gestão, com tudo que foi produzido, o que está para produzir, o que ainda falta, e não só da SEHAB, como também da COHAB. (É aprovado o adiamento do **Item 10** por uma sessão e a realização de uma sessão extraordinária, no dia 13 de dezembro) **Sr. João** - Peço desculpas

porque no dia 13 não estarei aqui porque estarei em uma última viagem, apresentando o Plano Municipal de Habitação e os projetos, em Saint-Étienne, na França. **Item 6**. (O Sr. Antônio Maria faz a apresentação da Solicitação de Voto nº07/216) **Sr. Geraldo** - Sempre vai haver uma diferença porque são programas e fontes de recursos distintas, mas, na verdade, nosso esforço é no sentido de tentar alinhar a regra de cobrança da carteira imobiliária de São Paulo e criar regras também mais claras e mais até flexíveis no sentido de poder estabelecer mecanismos de negociação mais adequados. (É aprovada a Solicitação de Voto nº07/2016, por unanimidade) **Item 7**. (O Sr. Miguel faz a apresentação da Solicitação de Voto nº08/2016). **Sra. Mariza** – O que foi apresentado é com relação aos mutirões que estão terminando agora? **Sr. Miguel** - É para todos aqueles que têm recursos de várias fontes, FUNAPS e Fundo. Não sei se os mutirões que estão terminando agora têm essa característica. Acho que não. São aqueles mais antigos que têm. Pode ser que haja algum. Mas, todos aqueles que tenham dois tipos de recursos porque cada recurso tem uma forma de composição. A ideia é fazer uma conta só. Ninguém vai pagar diferenciado no mesmo local. **Sra. Verônica** - A minha dúvida é que poderiam deixar de existir as outras resoluções que já foram construídas no passado, a duras penas, com muita briga, por causa desses mutirões, que é uma herança que carregamos a vida inteira nas costas. E aí o Miguel, conversando um pouco com a Dona Ana e tal, falaram que não, que ela não extingue as outras resoluções votadas lá atrás; que, pelo contrário, ela vem incorporar e vem fortalecer. Claro que queremos resolver o problema dos mutirões, mas queremos resolver de forma definitiva. **Sra. Ana Maria** - A Resolução nº 55 trata de como é apurado o custo e como são comercializadas as habitações que foram produzidas em regime de mutirão com recursos mistos, ou seja, do Fundo Municipal de Habitação e do antigo FUNAPS. Então, temos uma resolução sim que está em vigor, a nº 55, que já dá todo o parâmetro de como isso deve ser apurado. Com essa proposta que está sendo feita agora, se fala de uma forma diferente e aí temos uma contradição. Vão estar em conflito, uma coisa com a outra. E a última Resolução que aprovamos, a nº 78, dizia também que, na comercialização, iriam-se aceitar como pessoas a quem se iria vender, através de compromisso de compra e venda, através de um contrato de alienação fiduciária ou o que for, aquelas que estavam ali morando e que nunca tiveram nenhum documento assinado. Já essa está ampliando e dizendo que se pode assinar com qualquer um que estiver lá dentro. Então, eu não disse isso. Ao contrário. Discordei dessa resolução proposta pelo Miguel e ele sabe disso. Coloquei isso para ele no grupo de trabalho. **Sr. Antônio Maria** – A 55 conflita, ou seja, quando a proposta diz que fica igual à do FUNAPS, ela vai ficar igual à 51, ou seja, que é limitado a vinte salários mínimos. A 55 não. Ela é uma ponderação entre vinte salários mínimos, no percentual de investimentos do FUNAPS, e sessenta salários mínimos, no percentual do Fundo Municipal de Habitação. Então, na verdade, caso queiram manter isso, a 55 teria que sair e ser revogada, seria "revogam-se as disposições em contrário". A 51 pode ficar, porque ela está propondo a mesma coisa. A 78 também não conflita porque ela reconhece uma parte, que são as pessoas que não tinham contrato, mas tinham cadastro já. Mas a 55, concordo com a Ana, sem querer entrar no mérito da resolução, que ela é conflitante com a proposta. Ela teria que ser revogada. **Sr. Miguel** - De forma sistemática, estamos adotando no item 3, os benefícios da Resolução nº 55. Mas a Resolução nº 55 não trata somente da forma de pagamento. É lógico que a forma de pagamento está sendo modificada sim. A COHAB e a Secretaria de Habitação do Município de São Paulo têm uma dívida social com essas famílias por não regularizar, não tratar as pessoas de forma descente. É inadmissível a pessoa do lado par da rua pagar um valor e a pessoa do lado ímpar da rua pagar outro, como ocorre no São Francisco I, sendo o mesmo conjunto habitacional. Se for analisar de forma sistemática a legislação, essa resolução, com relação à questão dos valores da cobrança, será alterada sim. Mas dos benefícios da Resolução nº 55 trata, porque a Resolução nº 55 absorveu muito o que é da Resolução nº 51. Então, no meu ponto de vista, a 51 já estaria derrogada. Não estaria revogada porque não foi expressamente, mas estaria derrogada. Mas, mesmo assim, manteve-se a 51, manteve-se a 55, para que possamos absorver e pagar de alguma forma essa dívida social com os mutirantes que ao longo dos anos foram extremamente apenados, com a má-gestão da prefeitura de São Paulo, com relação a isso. Iniciar uma cobrança da forma em que estava sendo proposta originalmente, vai criar um problema imenso. **Sr. Mário** - Se a resolução tem pontos que são importantes manter e outros que vão ser alterados, não dá para desmembrar o que se mantém da resolução e o que se altera, no próprio texto da resolução? Porque me preocupa termos uma resolução que não está equacionada do ponto de vista de sua aplicabilidade, ao ter uma leitura com contradições. **Sr. Miguel** - A Resolução nº 63 tratou exatamente da mesma coisa. Só que ela tratou para quatro empreendimentos. Estamos ampliando para todos os empreendimentos. A 63 deve ser revogada? Ela está em vigor. Porque ela tratou para as pessoas da região Noroeste, que tiveram articulação, vieram aqui e negociaram para fazer. Então, essa resolução é a mesma da 63. Não sei por que agora acha-se que ela é inadequada em relação à 55, que é anterior à 63. Acho que não há problema. **Sra. Ana Luiza** - Concordo com o contexto geral do que se está falando, mas, eu não consigo votar sem saber o que dizem as Resoluções nº 51, 55, 60 e 78. O ponto que a Ana Maria colocou me parece ser válido, mas nem sei o que é. Em um contexto geral, tudo o que o Miguel está dizendo está corretíssimo. Mas eu não consigo votar sem saber o que são essas outras resoluções. **Sr. Mário** - Queria propor remeter esse ponto da pauta para o dia 13. Enviamos os esclarecimentos complementares aos conselheiros para poderem ter mais informação para votar. **Sr. Miguel** - As resoluções estão disponibilizadas no site da prefeitura. **Sr. Geraldo** - Se há dúvida e se há insegurança, acho que não deve ser votado realmente. Acho que podemos encaminhar as informações aos conselheiros e conselheiras, e tentarmos, antes do dia 13, fazer uma reunião intermediária para esclarecimentos para quem quiser comparecer. Realmente, me sentiria muito mal ao sair dessa gestão e não ter uma situação equacionada, independentemente da forma. Se o Conselho achar que tem que haver duas regras de cobrança, vamos chegar para uma família, para uma casa e dizer, para a mesma casa: "Você vai pagar dez e o outro vai pagar quinze". Que fique clara a posição desse Conselho, que fique clara a posição para que, eventualmente a equipe da COHAB, na hora que fizer a cobrança, deixe claro que isso foi uma posição dos conselheiros que foram eleitos pela população. **Sr. Mário** - Acho que todos os conselheiros querem resolver o problema. Então, vamos preparar um material para divulgar para os conselheiros para ninguém ter dúvida e ser bem visível qual é o problema, o que estamos votando e o que está em jogo em cada coisa que estamos mudando, para ficar claro. **Sr. Geraldo** - Queria propor que na próxima reunião, se não houver convergência na proposta, na conclusão disso, que tragamos o debate e o Conselho define se está à vontade para votar ou não. Mas acho que tem que ter uma definição desse Conselho. **Sra. Mariza** – Eu votaria

hoje, mas podemos deixar para a próxima reunião. Temos que definir realmente esse ano porque, se não definirmos muitas coisas importantes que vão mudar a vida das pessoas, não sabemos como vai ser durante os próximos quatro anos. **Sra. Marisete** - Se existe alguma coisa conflitante entre as resoluções, acho que aí entra o Jurídico para resolver essa questão, trazendo algo concreto, que não vá gerar problema futuramente. Se fosse para aprovarmos hoje, eu aprovaria tranquilamente. **Sra. Verônica** - Queria pedir ao Miguel – e sei que ele é um advogado excelente, não tenho dúvida disso – pegar com o Jurídico e ver o que conflita, onde conflita, porque, depois, podemos arrumar um problema para o próximo mandato do Conselho. Não somos contra nada. Peço que na próxima reunião, dia 13, esse ponto esteja bem esclarecido, e que votemos como primeiro ponto de pauta. **Sr. Geraldo** - Perfeito. E estou propondo convidarmos para uma reunião intermediária, aberta aos conselheiros, para poder esclarecer. Vamos acertar a data com a Ana, antes do dia 13. Uma reunião técnica, mas aberta para quem quiser esclarecimento. Minha sugestão é encaminhar as resoluções. Encaminhamos as resoluções, as pessoas estudam, marcamos uma reunião intermediária, antes do dia 13. E no dia 13 trazemos o resultado do grupo. **Sr. Mário** – Vamos explicitar o que estamos enfrentando, das resoluções, já no e-mail, que será enviado aos conselheiros, para facilitar a leitura da resolução. Mandamos a resolução, explicitando essa divergência, o que estamos enfrentando. **Sra. Renata** - Poderia talvez refazer o texto porque, realmente está muito confuso, porque ele fala de uma única regra para todas as carteiras. E, depois, no texto de aprovação mesmo, tem a diferença, porque um é pelo valor atualizado, outro é pelo venal. Eu também não consegui entender. **Sra. Paula** - Só queria saber se podemos ficar até mais tarde para aprovar isso. Estou vendo que todo mundo concorda com isso mesmo tendo dúvidas. **Sr. Mário** - Seria bom o texto estar resolvido antes. É preciso afinar o texto. (É aprovado o adiamento por uma sessão do Item 7 da pauta e encerra-se a reunião).

***